



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Assessoria Jurídica

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

## PARECER - ASSEJUR

### PARECER N. 280/2022-AJDPERO

**Processo:** 3001.101675.2022

**Interessados:** Uillian Bruno Lima dos Santos e outros

**Assunto:** Curso Geração da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos no Esocial – Envio da Folha de Pagamento e da DCTFWEB

### PARECER JURÍDICO

#### I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento instaurado para contratação do curso de capacitação “GERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESOCIAL – ENVIO DA FOLHA E DA DCTFWEB – OFICINA COM GERAÇÃO E ENVIO DA FOLHA AO ESOCIAL E CIDADES COM NOVAS AS REGRAS”, organizado pela ECO BRASIL TREINAMENTOS EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA, a ser realizado nos dias 07 e 08 de abril, em Vitória/ES, na modalidade presencial, como também na modalidade online ao vivo.

O pedido foi apresentado pelo Presidente da Comissão de Trabalho Especial 2ª Fase do eSocial, por meio da Informação de ID 0029994, tendo a Secretária-Geral de Administração e Planejamento, por meio do despacho de ID 0030314, autorizado o prosseguimento do feito, visando à contratação de uma inscrição no formato presencial e quatro inscrições no formato on-line, conforme o solicitado (ID 0029994).

Posteriormente, a SGAP, por meio do despacho de ID 0031197, atendeu às solicitações constantes nos Ids 0030696 e 0030770, para o fim de contratar duas inscrições na modalidade presencial e três na modalidade on-line.

O procedimento foi instruído com os seguintes documentos: cartaz de divulgação do evento (ID 0029980); proposta programática do curso (ID 0029981); pré-empenho 2022PE000070 (ID 0031264); Informação do Centro de Estudos (ID 0032100); certidões fiscais (ID 0032103); lista de inscrições (ID 0032104); comprovante de pré-inscrição (ID 0032105); justificativa de preço (ID 0032233); certificado de capacidade técnica (ID 0032234); *curriculum vitae* do palestrante (ID 0032235); e-mail remetido pela empresa organizadora, contendo respostas à questionamentos feitos pelo CE (ID 0032874); justificativa de preço atual (ID 0033039).

A comissão Permanente de Compras e Licitação elaborou a justificativa de inexigibilidade de licitação (ID 0033752), e os autos vieram a esta Assessoria Jurídica, para análise e parecer.

É o necessário relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

De início, ressalta-se que a Resolução n. 001, de 31 de janeiro de 2013, que regulamenta o Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, dispõe em seu art. 2º acerca das circunstâncias em que os recursos financeiros do FUNDEP poderão ser utilizados, preceituando, em seu inciso III: *despesas de custeio decorrentes de capacitação e treinamento destinados aos membros, servidores e estagiários da Defensoria Pública*.

No caso em apreço, a proposta constante nos autos diz respeito à contratação de curso de capacitação, na modalidade presencial e na modalidade on-line, organizado pela empresa “ECO BRASIL TREINAMENTOS EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA”, para o qual foram pleiteadas inscrições para servidores desta Defensoria Pública – despesa que se enquadra, portanto, naquela prevista no art. 2º, III, da referida Resolução.

Quanto ao procedimento administrativo para a contratação, sabe-se que a Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, estabelece que, em regra, a aquisição ou contratação de serviços deve ocorrer por meio de regular procedimento licitatório, em que seja assegurada a igualdade de condições a todos os concorrentes, nos seguintes termos:

XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Contudo, conforme autorizado na própria norma constitucional, a Lei de Licitações firmou algumas exceções à sobredita obrigatoriedade, tal como o disposto no art. 25, inciso II, da referida Lei n. 8.666/93<sup>[1]</sup>, o qual preceitua que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados em seu art. 13, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: [...]

**II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;**

O serviço técnico profissional especializado tem definição legal no art. 13 da Lei n. 8.666/93, sendo que uma das hipóteses de sua configuração refere-se a serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, como é o caso dos autos. Veja-se:

Art. 13. Para os fins desta Lei, **consideram-se serviços técnicos profissionais especializados** os trabalhos relativos a:

[...]

**VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**

[...]

Aliado a isso, o Tribunal de Contas da União, nos termos de sua Súmula 252<sup>[2]</sup>, prescreveu que para a contratação direta fundamentada no art. 25, II, da Lei n. 8.666/93, é exigido, simultaneamente, a presença de

três requisitos: **a) serviço técnico profissional especializado; b) natureza singular do serviço; e c) notória especialização do contratado.**

No presente caso, quanto ao primeiro requisito (**serviço técnico profissional especializado**), verifica-se que a pretensa aquisição se refere à contratação de curso de aperfeiçoamento, na modalidade on-line e na modalidade presencial, para atender servidores públicos desta Defensoria Pública, ocupantes do cargo na área administrativa da DPE, lotados na Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria de Finanças, Departamento de Contabilidade, Folha de Pagamento e Diretoria de Tecnologia da Informação, com o fito de contribuir com o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos servidores para o desempenho das respectivas atividades dentro da Instituição, enquadrando-se, pois, na hipótese prevista no art. 13, VI, da Lei n. 8.666/1993.

Neste ponto, verifica-se que o curso foi justificada em razão da “necessidade de capacitação e atualização quanto as legislações tributárias vigentes”, tendo em vista “que a partir de 22 de abril de 2022, será obrigatório o envio das informações dos eventos da 3ª FASE (Eventos Periódicos) – S-1200 (folha de pagamento do RGPS); S-1202 (folha de pagamento dos RPPS); S-1207 (folha de pagamento dos beneficiários); S-1298 (reabertura da folha) e S-1299 fechamento da folha” (ID 0029994)

Quanto ao segundo requisito, relativo à **natureza singular do serviço**, ressalta-se, de início, não significar ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executá-lo, pois, neste caso, estar-se-ia tratando de hipótese de exclusividade, a ensejar a aplicação do art. 25, I, da Lei n. 8.666/1993.

Deve o requisito ser compreendido, na realidade, “como uma situação diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado” (TCU, Acórdão 7840/2013 – Primeira Câmara).

Nesse sentido, a Súmula nº 39/2011 do TCU:

A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, **grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação**, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

Destaca-se, entretanto, que não se pode confundir a singularidade do serviço com a notória especialização do contratado, haja vista que se trata de característica do objeto e não de seu executor.

A natureza singular do serviço deve ser tratada como requisito autônomo à configuração da hipótese de inexigibilidade prevista no art. 25, II, da Lei de Licitações, sob pena de ver-se esvaziado o próprio sentido da obrigatoriedade do procedimento licitatório em contratações públicas, como se depreende das ponderações de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

Se, a título de ilustração, retirada do texto fosse a expressão singularidade, todo o dispositivo deveria ser condenado, pois a contratação de notórios especialistas só seria enquadrável no caput do artigo, por inviabilidade de competição, não fazendo qualquer sentido que o legislador tivesse privilegiado tais profissionais, dispensando-os de concorrer em um processo seletivo; alcançando a notória especialização, esses profissionais poderiam ser contratados para qualquer serviço; se isso fosse possível, para qualquer serviço não mais se faria licitação: todos os jardins do País poderiam ser projetados por Burle Marx; todos os serviços de arquitetura, por Oscar Niemeyer; todos os serviços da área de saúde, por Adib Jatene; enfim, um verdadeiro contrassenso ter-se-ia estabelecido. Sábio foi o legislador ao exigir a singularidade do objeto, como conditio sine quo non à declaração de inexigibilidade<sup>[3]</sup>.

Excepcionalmente, contudo, em se tratando o objeto de **treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**,

o entendimento do Tribunal de Contas da União, assentado no Acórdão n. 439/98, de relatoria do Ministro Adhemar Paladini Ghisi, é no sentido de que não se pode dissociar o treinamento do instrutor ou docente, de forma que teríamos uma hipótese anômala em que a singularidade do objeto estaria diretamente associada à notoriedade do contratado. Vejamos:

5. Nessa mesma linha de raciocínio, destaco pensamento do administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral, que ao discorrer sobre a contratação de profissional para realização de treinamento de pessoal, assevera que:

“Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal é serviço técnico profissional especializado, previsto no art. 13, VI, da mesma Lei nº 8.666/93. Em princípio, é de natureza singular, porque é conduzido por uma ou mais pessoas físicas, mesmo quando a contratada é pessoa jurídica. **A singularidade reside em que dessa ou dessas pessoas físicas (instrutores ou docentes) requer-se: a) experiência; b) domínio do assunto; c) didática; d) experiência e habilidade na condução de grupos, frequentemente heterogêneos inclusive no que se refere à formação profissional; e) capacidade de comunicação.** (...) Como não se pode dissociar o treinamento do instrutor ou docente, essa singularidade subjetiva é também objetiva, Vale dizer: também o serviço por ele prestado é singular...” (“Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos”, Malheiros Editores, 1995, pág. 110).

Temos, assim, que a singularidade do objeto, em se tratando de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, deve ser avaliada com base nos atributos do profissional contratado, vinculando-se a critérios como experiência, domínio do assunto, didática, experiência e habilidade na condução de grupos e capacidade de comunicação.

*In casu*, o curso que se pretende contratar diz respeito à formação e capacitação de servidores que atuam no Departamento de Folha de Pagamento, na Diretoria de Recursos Humanos e Diretoria de Tecnologia da Informação.

Verifica-se, nessa linha, que o curso pretendido possui característica de capacitação e aperfeiçoamento, uma vez que, além da explanação teórica dos conteúdos programáticos (ID 0029981), propõe a realização de “oficina com geração e envio de folha de pagamento”.

Com isso, os conhecimentos a serem agregados ou aprofundados impactam no desempenho das atividades a serem realizadas por agente público que atua na imprescindível área de recursos humanos, folha de pagamento e tecnologia da informação.

Neste cenário, imprescindível registrar que se trata do quinto curso a ser realizado sobre o tema. O primeiro, já concluído, foi ofertado pela ESAFI, sob a instrução do Palestrante Fábio Rodrigues Rek (Proc. 30001.0580.2021/DPE-RO); os três outros - oferecidos pela empresa Eco Brasil Treinamentos em Desenvolvimento Profissional e Serviços Educacionais Ltda e ministrados pelo Prof. Alan William, tal como o destes autos – foram: Curso “Operação Avançada do eSocial para Órgãos Públicos: Regras do Manual de Orientação V.S-1.0” (Processo n. 3001.0790.2021/DPE-RO), Curso “Folha de pagamento dos servidores públicos no novo eSocial: a apuração dos eventos de folha do novo eSocial e integração da REINF e do DCTFWEB” (Processo n. 3001.0788.2021/DPE-RO) e Curso “Formação de servidores no novo eSocial + oficina da construção de eventos iniciais, tabelas e cadastro do eSocial” (Processo n. 3001.0793.2021/DPE-RO).

Impende salientar que se identificou semelhança entre o curso pretendido nos presentes autos e o curso “Folha de pagamento dos servidores públicos no novo eSocial: a apuração dos eventos de folha do novo eSocial e integração da REINF e do DCTFWEB” (Processo n. 3001.0788.2021/DPE-RO).

Nesse ponto, cabe destacar que o Parecer 575/2021-AJDPERO, contido nos autos acima mencionado, assinalou os seguintes objetivos do curso, os quais são iguais ao objetivos constantes da

programação de ID 0029981:

[...] “capacitar cada um dos participantes a analisar, interpretar e construir corretamente todos os eventos que irão produzir os eventos periódicos ou de remuneração, mesmo diante das especificidades de cada ente público e das complexas legislações previdenciárias e tributárias”.

[...] “cada ente federativo possui regras próprias e formatos específicos para remunerar seus servidores, agentes públicos, agentes políticos, aposentados, pensionistas e demais trabalhadores que lhes prestem serviços, e apesar disto todos deverão informar com detalhes suas especificidades no NOVO eSocial e também na EFD REINF. A Construção da base de dados de remuneração, considerando Estatutos, o RPPS e Planos de Cargos e Salários e ao mesmo tempo demonstrar o cumprimento das legislações federais, tributárias e previdenciárias é um grande desafio para toda equipe do RH e Folha e constituirá objeto principal deste curso”.

Nesse passo, fundamental que a unidade solicitante e o Centro de Estudos justifiquem a adequação e efetiva necessidade do novo curso que se pretende contratar, com o fim de assegurar a integração dos treinamentos, de modo que se certifiquem de que os conteúdos programáticos são *complementares* ou serão abordados sob enfoques diversos, que possibilitam o aprofundamento acerca do assunto.

No que tange ainda ao curso, nota-se que a empresa a ser contratada demonstra possuir experiência na execução do serviço, uma vez que constam nos autos informações de diversos cursos de capacitação relativos ao eSocial, voltados a servidores da Administração Pública.

Por fim, quanto à **notória especialização do contratado**, forma de selecionar o profissional que executará o objeto, trata-se de quesito a ser aferido por meio das condições subjetivas do profissional e cuja definição encontra-se prevista no art. 25, §1º, da Lei n. 8.666/1993:

Art. 25. (...) §1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Para evitar a contratação de pessoas desqualificadas, a norma exige a conjugação entre especialização<sup>[4]</sup> e notoriedade<sup>[5]</sup>.

Nesse quesito, consoante o registrado no currículo de ID 0032235 e ID 0032874 - p. 2/3, o palestrante possui graduação em Economia, Mestrado em Economia Industrial e especializações em Economia dos Transportes e Economia do Setor Elétrico; atuou como Assessor e Consultor em Finanças, Tributação e Planejamento de secretarias de fazenda e planejamento dos estados de Espírito Santo e Minas Gerais; consultor e instrutor desde 2013, atuando pela FINDES/IEL e desde 2012 pelo CRC/ES como palestrante e consultor do eSocial e demais projetos do SPED; o currículo informa ainda que o ministrante já realizou dezenas de edições de cursos exclusivos para órgãos públicos sobre o eSocial e EFD REINF; consta ainda, que “na CNI/IEL é o responsável pela criação do Manual de Processos de Implantação do eSocial que é utilizado pelas empresas de todo o país através das 27 federações industriais / IEL. Também é um dos autores da Cartilha do eSocial da CNI / SESI e IEL que é distribuído em todo país”.

A notória especialização do contratado constitui, nas hipóteses do art. 25, II, da Lei de Licitações, elemento de justificação e condição *sine qua non* à contratação direta. As balizas para enquadramento do

profissional à condição de possuidor de notória especialização foram dadas pelo § 1º do art. 25 da Lei 8.666/1993, acima transcrito.

Nota-se que o dispositivo mencionado apresenta um rol exemplificativo de requisitos dos quais podem decorrer o conceito do profissional ou da empresa, no campo de sua especialidade, que permitirá inferir “que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato”.

Os elementos caracterizadores ou que ensejam a notoriedade do profissional ou da empresa, nos termos do parágrafo trasladado, são: “desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica”, podendo decorrer ainda de “outros requisitos relacionados com suas atividades”.

Para aclarar e precisar o conceito de notória especialização é pertinente trazer à colação o escólio do Professor da Fundação Getúlio Vargas, Luiz Cláudio de Azevedo Chaves, ao comentar o §1º do art. 25 da Lei 8.666/93, no artigo *Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na Administração Pública: uma breve análise da Decisão 439/98, Plenário do TCU*<sup>[6]</sup>:

O dispositivo em tela indica o norte de quais peculiaridades ou requisitos são considerados idôneos para se inferir se um profissional é ou não notório especialista, a saber: “...desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica...”. Mais ainda. A expressão “...ou de outros...” dá bem o tom de rol exemplificativo desses requisitos. O legislador admite, portanto, que outros conceitos e requisitos, não ditados no texto expresso da lei, podem servir de base à conclusão de que o profissional escolhido é o mais adequado à satisfação do contrato. Nota-se, também, que a enumeração dos requisitos são alternativos. **Significa que não é obrigatório que estejam todos contemplados na justificativa da escolha, bastando apenas o apontamento de um deles para balizá-la. Se se deseja contratar uma palestra sobre Ética na Abordagem Policial, destinado à tropa policial, um policial civil com vasta experiência operacional e reputação ilibada pode ser considerado notório especialista ainda que não tenha nível superior ou trabalhos publicados. É o seu histórico na profissão que permite, no caso concreto, que faça um prognóstico positivo sobre o alcance dos resultados a serem obtidos na palestra.**

Percebe-se que a notória especialização não significa que o especialista deva ser amplamente conhecido e “famoso”, nem precisam comparecer todos os requisitos constantes no §1º para caracterizar o atributo em comento, podendo se destacar aquele requisito que permita, com segurança, indicar que o profissional escolhido é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

No presente caso, o currículo juntado aos autos aponta que o palestrante possui experiência com o eSocial, incluindo cursos e palestras sobre o tema.

Ademais, verifica-se que o curso está sendo ofertado por empresa que possui experiência na realização de treinamentos voltados ao setor público.

De outro giro, ressalta-se, ainda, que em se tratando de contratação direta, a razoabilidade do valor da contratação deverá ser certificada nos autos, verificando-se que o preço proposto pela empresa é compatível com outros firmados (TCU, Acórdão 439/1998). Neste sentido, define a Advocacia-Geral da União:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 17, DA AGU

**"A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS."**

Nesse aspecto, a nosso sentir, o quesito foi satisfatoriamente demonstrado no presente procedimento, por meio das notas de empenho de IDs 0032233 e 0033039, indicando que a proposta encaminhada à DPE não está acima de valores cobrados de outras instituições para aquisição de cursos relativos ao e-Social.

Ademais, no que tange ao pagamento, é de relevo destacar que este deve, em regra, ser realizado após a prestação do serviço, conforme se extrai dos arts. 62 e 63, § 2º, III da Lei n. 4.320/1964 <sup>[7]</sup> c/c o artigo 38 do Decreto n. 93.872/1986 <sup>[8]</sup>, sendo excepcionais as hipóteses de pagamento antecipado.

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União já se manifestou:

[RELATÓRIO] [...]

50. Como regra, o pagamento feito pela Administração é devido somente após o cumprimento da obrigação pelo particular, por determinação do art. 62 da Lei nº 4.320/1964. A antecipação de pagamentos é prática que deve ser rejeitada no âmbito do serviço público, para evitar beneficiamentos ilícitos e possibilitar a verificação do cumprimento do serviço contratado, antes do efetivo desembolso. (...) (AC-2565-29/07-1 Sessão: 28/08/07).

Convém fazer referência ainda a outras decisões do TCU no mesmo sentido, isto é, estabelecendo a regra do pagamento *a posteriori* e admitindo o pagamento antecipado tão somente em situações excepcionais, constante dos Acórdãos n. 1.552/2002, 948/2007, 2.679/2010 e 1.383/2011, do Plenário; 1.442/2003, 2.565/2007, 589/2010 e 5.294/2010, da Primeira Câmara; e 918/2005, da Segunda Câmara.

No presente caso, por meio do e-mail de ID 0032874, a empresa atesta que aceita empenho, e que o pagamento poderá ser realizado após a execução do curso, com garantia de que o serviço será prestado pessoal e diretamente pelo instrutor indicado e que, em caso de cancelamento ou transferência do curso para data que impossibilite a participação dos servidores da DPE, a nota de empenho poderá ser cancelada.

Cumprе salientar ainda que, em decorrência da Decisão TCU n. 705/1994 e do Acórdão TCU n. 1.054/2012, ambos do Plenário, para que se possa proceder ao pagamento, é necessária a verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, cuja análise das certidões juntadas aos autos deverá ser realizada pelo **Controle Interno**.

Por fim, verifica-se que a reserva orçamentária para amparo da despesa foi procedida pela DPOG, por intermédio do Pré-Empenho n. 2022PE000070 (ID 0031264).

### III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, nos termos do art. 25, II, da Lei n. 8.666/93, e à luz dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais apresentados, esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade jurídica de adoção do procedimento de inexigibilidade de licitação para contratação de inscrições no curso de capacitação “Geração da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos no e-Social – Envio da Folha e da DCTFWEB”, devendo-se observar os apontamentos feitos na fundamentação.

Ademais, ressalta-se que a apreciação da oportunidade, conveniência ou interesse da administração na contratação do curso compete à autoridade gestora, pois inserida na esfera do poder discricionário do Defensor Público-Geral, devendo proceder à certificação quanto ao impacto da despesa, em atenção à recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia exarada por meio da Decisão Monocrática 0052/2020-GCESS (processo 00863/2020-TCERO).

É o parecer. Encaminho os autos à unidade solicitante, para as providências cabíveis. Após, ao

Porto Velho, 29 de março de 2022.

**RAFAELLA ROCHA SILVA**

Assessora Jurídica-Chefe

Defensora Pública

[1] Neste ponto, registra-se que a Lei n. 8.666/1993 ainda se encontra em vigor para licitação ou **contratação direta**, pelo prazo de dois anos, a contar da publicação da Lei 14.133/2021 (ocorrida em 1º de abril de 2021), a qual estipulou em seus arts. 191 e 193:

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou **contratar diretamente** de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

Art. 193. Revogam-se: I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei; II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.

[2] A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.

[3] FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Contratação direta sem licitação. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016, p. 527.

[4] Titularidade objetiva decorrente de conclusão de curso e a titulação no âmbito de pós-graduação, participação em atividades especializadas, autoria de obras técnicas, premiação em concursos, obtenção de láureas, dentre outros.

[5] É o reconhecimento da qualificação do sujeito por parte da comunidade profissional. Não basta o reconhecimento no âmbito interno da Administração.

[6] Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/24/21>

[7] O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

[8] Não será permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra, ou prestação de serviço, inclusive de utilidade pública, admitindo-se, todavia, mediante as indispensáveis cautelas ou garantias, o pagamento de parcela contratual na vigência do respectivo contrato, convênio, acordo ou ajuste, segundo a forma de pagamento nele estabelecida, prevista no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta.



Documento assinado eletronicamente por **Rafaella Rocha Silva, Assessor(a) Jurídico(a)-Chefe**, em 29/03/2022, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0034151** e o código CRC **D3E976F2**.

